



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cópia de parte da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal nº0011/CMP/14, celebrada em 14 de Abril de 2014 e aprovada em minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto 8.1. Balanço Social de 2013

Foi presente à reunião a informação n.º 68/DMRHMA/14, datada de 28-03-2014, do Departamento Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Balanço Social de 2013

Exmo. Sr. Presidente da

Câmara Municipal de Pombal

Em anexo envio o Balanço Social do Município de Pombal, com referência a 31 de dezembro de 2013, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, propondo-se que o mesmo seja remetido ao Órgão Câmara Municipal para conhecimento, em reunião a realizar no próximo dia 04 de abril de 2014."

Junto se encontra o Balanço Social de 2013, que se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado no respetivo serviço.

A Senhora Vereadora Marlene Matias usou da palavra, relativamente ao balanço social, para referir que é com satisfação que constata que o quadro de pessoal se tem mantido estável nos últimos anos, em termos de número de funcionários. Refere também, que lhe apraz verificar que até 31 de Dezembro, o Município aderiu aos diferentes programas, às diferentes candidaturas para a integração de pessoas que estão quer em situação de desemprego, quer a usufruir do rendimento social de inserção, nomeadamente nas candidaturas que existem do IEFP. Contudo também referiu querer deixar uma nota de preocupação pessoal, no que diz respeito a estes programas. Salientou que: *"Não deixam, de facto, de ser uma oportunidade de colocar ou de recolocar pessoas que estão inativas por situação de desemprego ou por outras situações e são uma oportunidade que o Município está a dar a estas pessoas, estando eu também profissionalmente muito ligada à integração de pessoas, apesar de noutro tipo de programas, sei perfeitamente que é importante as entidades se candidatarem a estes programas, mas também conheço o outro lado e portanto o que a mim me preocupa, mas isto naturalmente não tem a ver com o Município ou não está nas mãos do Município, é de facto o depois quando os programas finalizam."* Adiantou que de facto as pessoas são integradas, mas no fim daquele período de tempo, dados os constrangimentos vividos pelas autarquias, no que diz respeito à contratação ou à abertura de concursos para a admissão de



MUNICÍPIO DE POMBAL

novas pessoas, faz com que algumas entidades possam utilizar perversamente estes programas. Reforçou que se trata de uma(...) *“preocupação pessoal, no que diz respeito a estes programas, que de facto veem em boa hora, mas que às vezes deixam muito a desejar, sendo muitas vezes apelidados de mão-de-obra barata, mas quero manifestar aqui o meu contentamento pelo facto de o Município ter aderido, penso eu, a 25 candidaturas.”*

Referiu também que, foi com satisfação que constatou que, a idade dos funcionários do Município se situa entre os 30 e os 54, sendo um quadro relativamente jovem, o que faz com que a longo prazo não haja grandes problemas em termos de saída de profissionais, pelo menos para a reforma, o que pode traduzir também alguma estabilidade no próprio quadro de pessoal. Também refere o facto de, ter constatado com agrado, que o grau de escolaridade dos funcionários tem vindo a aumentar, até mesmo ao nível dos assistentes operacionais, notando-se também que as pessoas têm investido e o Município também tem permitido que as pessoas apostem na sua formação.

Salienta ainda, querer lançar um repto: *“(...) apesar de o Município ter no seu quadro de pessoal, 14 pessoas com um grau de deficiência, tentarmos ser uma câmara ainda mais inclusiva, dado que temos aqui a Cercipom, de facto com a formação profissional, é um desafio que lanço, de podermos ser também uma marca de inclusão neste tipo de população.”*

Referiu ainda ter ficado com uma dúvida relativamente à taxa de absentismo ao trabalho, *“não sei se fui eu que interpretei mal, mas verifico que há aqui uma nota em relação ao decréscimo do absentismo ao trabalho de 16% em relação a 2012, quem fez o relatório, atribuiu este decréscimo, às baixas por doença, salvo erro refere que isto tem a ver com a nova lei, que estipulou que os três primeiros dias são agora descontados. Acho que não é de bom tom, passo a expressão, colocar isto no relatório, porque as pessoas que estão de baixa por doença, à partida é porque houve um médico que o atestou e portanto estaríamos quase a dizer que as baixas que até aí se verificavam nos anos anteriores se devem a baixas fraudulentas ou então esta descida, este decréscimo do absentismo ao trabalho poderá ter a ver com outros fatores, nomeadamente, daquilo que me foi dado a verificar ausências ao trabalho por casamento, por faltas justificadas, no entanto não me parece que tenham sido esses os motivos dado que, se casou muito pouco, houve poucas faltas por assistência a família, por maternidade, por paternidade, portanto acho que não se deve atribuir só às baixas por doença, ou então é uma interpretação errada minha, mas foi a interpretação que fiz.”*

Finalmente e para terminar referiu a questão dos acidentes de trabalho, dizendo que também verificou ter havido um aumento de 12%, apesar de o relatório não referir o contexto em que os mesmos ocorreram, fazendo apenas a comparação com o ano de 2012. Constatou não serem tão graves, mas mesmo assim entende existirem muitos dias de absentismo ao trabalho por acidentes de trabalho. Referiu ainda, não saber quais foram os critérios utilizados para o apuramento das ações de formação, no que se refere à higiene e segurança no trabalho, (duas ações para dezasseis trabalhadores), no entanto, refere que para um universo de quatrocentos e poucos trabalhadores, lhe parece manifestamente insuficiente.

Dada a palavra à Senhora Vereadora Catarina Silva, pela mesma foi dito, em resposta a algumas das questões colocadas pela Senhora Vereadora Marlene Matias, que relativamente ao facto da Câmara Municipal recorrer a estes programas de apoio por parte do IEFP,



MUNICÍPIO DE POMBAL

obviamente que o Município gostaria imenso de abrir concurso para ocupar lugares ou algumas funções para os quais tem algumas necessidades, mas como se sabe é impossível, estando bastante limitados nesse aspeto. *“Nós temos esta experiência, pelo menos com aqueles que eu conheço, porque também trabalho com eles mais diretamente, todos os contratos de emprego-inserção que estão na equipa das florestas e que são 13, o que eu sinto, e nalguns casos falamos de situações socialmente mais complexas, é que estes contratos são uma oportunidade de desenvolverem competências. Eu tive o exemplo de esta semana, dado que andaram no Castelo e eu estive lá com eles alguns dias e sei que aquilo é difícil, mas eles estão a agarrar; não digo que sejam todos mas alguns deles, estão a agarrar aquilo com unhas e dentes e inclusive nós temos alguns que se candidataram nestes concursos que abrimos há pouco tempo.”*

Relativamente, à questão das ações de higiene e segurança no trabalho, aproveitou para esclarecer que estas são das ações que são mais desenvolvidas em qualquer sítio, e a Câmara Municipal não é exceção e que os acidentes que têm ocorrido, felizmente não têm sido de grande gravidade, uns ocorreram por questões diversas, outros eventualmente ou muito provavelmente por alguma falha de atenção, cansaço, etc. mas o Município está empenhado para que, ao longo do ano, as mesmas pessoas não repitam as mesmas ações de formação por forma a que de alguma forma todos os trabalhadores e também dependendo da função que desempenham, tenham acesso à formação de higiene e segurança no trabalho, que é dada também pela empresa que acompanha o Município ao nível da higiene e segurança no trabalho.

O Senhor Vereador Fernando Parreira, referiu que, relativamente à questão colocada pela Senhora Vereadora Marlene Matias, no que se refere às baixas médicas, entende que por vezes tem de se ser realista e não se pode esquecer a crueldade dos tempos que vivemos. Adiantou ter sido confrontado, com alguns funcionários exatamente porque (...) *“um dia de trabalho representa muito no seu ganha-pão e que mesmo doentes preferem vir trabalhar. E esse é que é o problema que temos hoje em dia, é que por vezes pessoas que não podem abdicar de três dias de remuneração, porque aqueles três dias no seu salário mensal, acabam por ter uma importância imensa e portanto há pessoas que por vezes mesmo, apesar dos conselhos médicos para ficarem em casa, acabam por vir trabalhar, exatamente porque não se podem dar ao luxo de prescindir daquela remuneração. Portanto, infelizmente isto é a crueza dos tempos em que vivemos e isso acontece também cada vez mais, infelizmente também nos nossos funcionários.”*

Deu ainda conta que, relativamente ao pessoal que desempenha funções no Município através dos vários programas referidos, não se deve esquecer que por vezes surgem algumas situações pontuais, referindo-se por exemplo no ano passado à situação das escolas, em que surgiram situações totalmente inesperadas, que se não fossem exatamente algumas dessas pessoas dos programas, não teria sido possível colmatar.

A Senhora Vereadora Marlene Matias retorquiu dizendo que, provavelmente o Senhor Vereador Fernando Parreira não teria percebido o que a mesma disse, uma vez que a sua reflexão prende-se com a possibilidade de se correr o risco de perverter o verdadeiro sentido das coisas, achando que o Município, se assim o entendesse, até poderia candidatar-se a mais programas deste género.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Continua alegando concordar com o que o Senhor Vereador Fernando Parreira diz, e que por esse motivo é que não concorda com o que se refere no relatório relativamente ao valor de 2013 que regista um decréscimo de 16% no número de faltas relativamente ao ano anterior, valor este que refere o relatório, como sendo muito positivo. *“Acho que não se deve dizer que é muito positivo, está a dizer exatamente isso, que as pessoas veem trabalhar mesmo doentes, dá ideia que, das duas uma, ou as pessoas anteriormente punham baixa e também sabemos que isso é verdade, por tudo e por nada, (mas isso é um critério médico, não é nosso) ou então gostamos que as pessoas venham trabalhar doentes.”*

O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu as intervenções dos Senhores Vereadores, acrescentando que de facto, é assinalável a circunstância do nível de absentismo ter descido, mas que mesmo assim, esta descida já estava abaixo daquilo que era a média nacional relativamente ao absentismo e sublinha-se de facto o grande profissionalismo que a maior parte dos colaboradores revela, mas também entende ser importante dizer-se que, já vários médicos forma demandados por baixas fraudulentas e portanto o indicador vale o que vale, estando de facto a questão do critério médico subjacente a esta problemática. Assinala a circunstância do incremento da despesa municipal com a ADSE fazer disparar significativamente o conjunto global da despesa com os encargos sociais, mas que mesmo assim o Município se situa numa posição muito tranquila relativamente àquilo que é o contexto nacional.

A camara tomou conhecimento.

Balanço Social

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL | 2013



NOTA DE APRESENTAÇÃO

O presente documento, elaborado para efeitos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, constitui o **Balanço Social do Município de Pombal**, com referência a 31 de dezembro de 2013.

A estrutura e a numeração dos quadros do presente Balanço obedecem àquela que foi disponibilizada e solicitada pela Direcção – Geral das Autarquias Locais (DGAL), para efeitos de inclusão e reporte através do novo *Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais* (SIIAL), em linha com o modelo disponibilizado pela Direcção – Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), obedecendo, em parte, também, à lógica ínsita no *Manual de Instruções para o Balanço Social*, da DGAA-MEPAT e nas instruções disponibilizadas em 7 de março de 2012, pela DGAL.

Município de Pombal, 28 de março de 2014

O Presidente da Câmara,


(Diogo Mateus, Dr.)



RECURSOS HUMANOS

TOTAL DE PESSOAL

Membros dos GAP's / Trabalhadores

Em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se em exercício de funções, neste Município, os trabalhadores (membros dos GAP's / trabalhadores) constantes no quadro infra, distribuídos por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, nos termos seguintes:

Quadro 1– Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

Modalidade de Vinculação	Género (1)	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	11	14	12	147	0	4	0	7	195
	F	0	8	23	56	107	0	0	0	5	199
	T	0	19	37	68	254	0	4	0	12	394
Comissão de serviço	M		11								11
	F		8								8
	T	0	19	0	0	0	0	0	0	0	19
CTFP por tempo indeterminado(2)	M			13	12	147		4		5	181
	F			23	55	104				2	184
	T	0	0	36	67	251	0	4	0	7	365
CTFP por termo resolutivo certo	M			1							1
	F					2					2
	T	0	0	1	0	2	0	0	0	0	3
CTFP por termo resolutivo incerto	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra (3) (4)	M									2	2
	F				1	1				3	5
	T	0	0	0	1	1	0	0	0	5	7

Notas ao Quadro:

(1) M refere-se a Masculino, F refere-se a Feminino e T a Total.

(2) CTFP – Contrato de Trabalho em Funções Públicas. CTFP por tempo indeterminado – modalidade na qual se mantiveram, à data, contratados por tempo indeterminado e para a qual, com efeitos a 01/01/2009, transitaram os nomeados e os contratados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 781/76, de 28 de Outubro, que passaram a contratados sem prazo. Nesta modalidade de vinculação, na coluna *Outros*, incluem-se 6 Fiscais Municipais (cujas carreiras, tal qual a de Informática, não foi, ainda, objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência) e 1 Chefe de Serviços de Limpeza (carreira identificada como subsistente, no Mapa VII, anexo ao Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho).

(3) Em *Outra* modalidade de vinculação incluem-se, segundo indicação da DGAL, o Chefe de Gabinete e a Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, as 2 Secretárias do Gabinete de Apoio à Vereação (ambas trabalhadoras deste Município) e as mobilidades intercarreiras.

(4) Em 2013, de acordo com as instruções da DGAL, não são contabilizados os eleitos locais (Presidente e Vereadores) nos quadros 1 a 4.

Em gráfico resulta a seguinte distribuição por cargo/carreira e modalidade de vinculação com o Município:

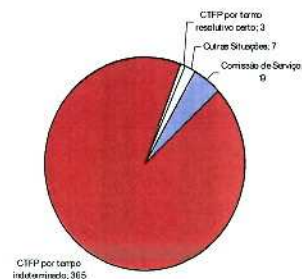
Gráfico 1

Distribuição por cargo/carreira em 31 de dezembro de 2013



Gráfico 2

Distribuição por modalidade de vinculação em 31 de dezembro de 2013



**Prestadores de Serviços**

Em 31 de dezembro de 2013 eram 16, conforme o quadro infra.

Quadro 1.1 – Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços e género

Modalidade de prestação de serviços	Género	Total	Vs 2012	Modalidade de prestação de serviços	Género	Total
Total de Prestadores de Serviço	M	9		Total de Prestadores de Serviço	M	7
	F	7			F	8
	T	16			T	15
Tarefa	M	0		Tarefa	M	3
	F	0			F	2
	T	0			T	5
Avença	M	9		Avença	M	4
	F	7			F	6
	T	16			T	10

Outros (Eleitos Locais, IEFP)

No fecho de 2013 o Município contava ainda com: Presidente da Câmara, 5 Vereadores em regime de permanência e 25 beneficiários integrados através do *Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)*, ao abrigo das seguintes medidas: *Medida Contrato Emprego-Inserção (11)*; *Medida Contrato Emprego-Inserção Património (2)*; *Medida Contrato Emprego-Inserção Património(Florestas)(8)*; *Estágio Profissional, ao abrigo da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro (1) e Estágios Emprego, ao abrigo da Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho (3)*.

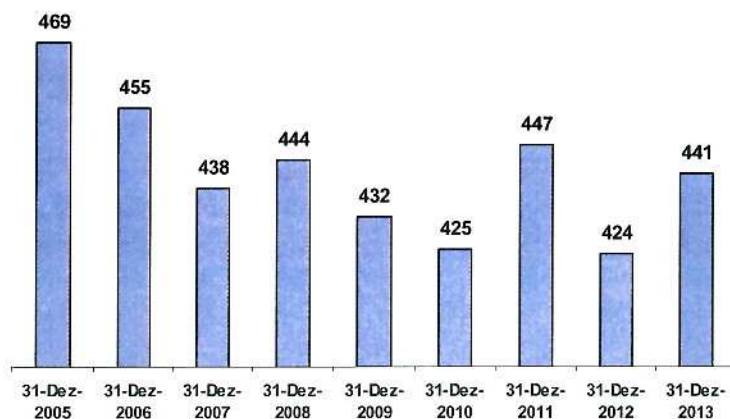
Evolução do Global

Somando-se os 394 colaboradores (trabalhadores e membros dos GAP's), o Presidente, 5 Vereadores em regime de permanência, 16 prestadores de serviços e 25 beneficiários integrados através do IEFP, conforme acima registado, perfazia, em 31 de dezembro de 2013, um global de 441.

Por comparação com data homóloga com anos anteriores, resulta a evolução registada no gráfico 3 seguinte:

Gráfico 3

Evolução do Global de Trabalhadores (Membros dos GAP'S/Trabalhadores) + Eleitos + Prestadores de Serviço + Pessoas Integradas através do IEFP



**ESCALÃO ETÁRIO**

De acordo com o quadro infra, em 31 de dezembro de 2013, a distribuição dos colaboradores (membros dos GAP's / trabalhadores) por cargo/carreira, a que se refere o quadro 1 supra, segundo o escalão etário, era a seguinte:

Quadro 2 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e gênero

Escalão Etário	Gênero	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	11	14	12	147	0	4	0	7	195
	F	0	8	23	56	107	0	0	0	5	199
	T	0	19	37	68	254	0	4	0	12	394
Menos de 20 Anos	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	M					1					1
	F										0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
25-29	M			2		1					3
	F			1		6				1	8
	T	0	0	3	0	7	0	0	0	1	11
30-34	M			3	1	4		1			9
	F		1	7	6	6					20
	T	0	1	10	7	10	0	1	0	0	29
35-39	M		4	3	2	10		2		2	23
	F		3	7	10	19				1	40
	T	0	7	10	12	29	0	2	0	3	63
40-44	M		2	2	3	6				2	15
	F		2	3	10	12				1	28
	T	0	4	5	13	18	0	0	0	3	43
45-49	M		2		1	26		1		1	31
	F		1	4	9	23				1	38
	T	0	3	4	10	49	0	1	0	2	69
50-54	M			1	2	41					44
	F			1	14	18				1	34
	T	0	0	2	16	59	0	0	0	1	78
55-59	M		2	3	2	41				1	49
	F		1		6	11					18
	T	0	3	3	8	52	0	0	0	1	67
60-64	M		1		1	16				1	19
	F				1	12					13
	T	0	1	0	2	28	0	0	0	1	32
65-69	M					1					1
	F										0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
70 ou mais anos	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NÍVEL DE ANTIGUIDADE

O presente ponto reporta-se aos colaboradores (membros dos GAP's / trabalhadores), a que se refere o quadro 1 supra, distribuídos por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e gênero, que em 31 de dezembro de 2013, se apresentava nos termos seguintes:

Quadro 3 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e gênero

Tempo de Serviço	Gênero	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	11	14	12	147	0	4	0	7	195
	F	0	8	23	56	107	0	0	0	5	199
	T	0	19	37	68	254	0	4	0	12	394
Até 5 Anos	M			2	1	16		3			22
	F			1	4	15					20
	T	0	0	3	5	31	0	3	0	0	42
5-9	M		1	6	2	24					33
	F		3	9	2	24					38
	T	0	4	15	4	48	0	0	0	0	71



Quadro 3 (cont.) – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género

Tempo de Serviço	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	11	14	12	147	0	4	0	7	195
	F	0	8	23	56	107	0	0	0	5	199
	T	0	19	37	68	254	0	4	0	12	394
10-14	M		4	4	2	30		1		1	42
	F		3	8	17	33				1	62
	T	0	7	12	19	63	0	1	0	2	104
15-19	M		3		1	21				3	28
	F		2		12	27				1	42
	T	0	5	0	13	48	0	0	0	4	70
20-24	M				2	13					15
	F			3	3	7				1	14
	T	0	0	3	5	20	0	0	0	1	29
25-29	M		2	1	1	14				1	19
	F			2	4						6
	T	0	2	3	5	14	0	0	0	1	25
30-34	M		1	1	2	21					25
	F				13	1				1	15
	T	0	1	1	15	22	0	0	0	1	40
35-39	M					7					7
	F										0
	T	0	0	0	0	7	0	0	0	0	7
40 ou mais anos	M				1	1				2	4
	F				1					1	2
	T	0	0	0	2	1	0	0	0	3	6

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Em 31 de dezembro de 2013, os colaboradores (membros dos GAP's / trabalhadores) distribuíam-se por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, nos termos constantes no quadro seguinte:

Quadro 4 – Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género

Nível de Escolaridade	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	11	14	12	147	0	4	0	7	195
	F	0	8	23	56	107	0	0	0	5	199
	T	0	19	37	68	254	0	4	0	12	394
Menos de 4 anos de escolaridade	M					1					1
	F										0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
4 anos de escolaridade	M					73					73
	F					28					28
	T	0	0	0	0	101	0	0	0	0	101
6 anos de escolaridade	M					23				1	24
	F				1	16					17
	T	0	0	0	1	39	0	0	0	1	41
9.º ano ou equivalente	M				4	26				2	32
	F				7	22					29
	T	0	0	0	11	48	0	0	0	2	61
11.º ano	M					1					1
	F				5	2					7
	T	0	0	0	5	3	0	0	0	0	8
12.º ano ou equivalente	M				7	23				4	34
	F				36	32				3	71
	T	0	0	0	43	55	0	0	0	7	105
Bacharelato	M			1							1
	F				1						1
	T	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Licenciatura	M		11	12	1			4			28
	F		5	18	6	6				2	37
	T	0	16	30	7	6	0	4	0	2	65
Mestrado	M										0
	F		3	5		1					9
	T	0	3	5	0	1	0	0	0	0	9
Doutoramento	M			1							1
	F										0
	T	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

**TRABALHADORES ESTRANGEIROS**

Em 31 de Dezembro de 2013 havia registo de uma trabalhadora, pertencente à carreira de Assistente Operacional, com nacionalidade pertencente a país da União Europeia.

Quadro 5 – Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo/carreira segundo a nacionalidade e género

Nacionalidade	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
União Europeia	M					1					0
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CPLP	M										0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Países	M										0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

No fecho de 2013 encontravam-se ao serviço, deste Município, 14 trabalhadores que beneficiavam de redução fiscal por motivo deficiência comprovada, distribuindo-se os mesmos por cargo/carreira e segundo o escalão etário e género nos termos do quadro seguinte:

Quadro 6 – Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

Portadores de deficiência/ Escalão Etário	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	0	0	1	5	0	0	0	0	6
	F	0	0	0	4	4	0	0	0	0	8
	T	0	0	0	5	9	0	0	0	0	14
Menos de 20 Anos	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25-29	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30-34	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35-39	M				1						1
	F					3					3
	T	0	0	0	1	3	0	0	0	0	4
40-44	M										0
	F				1						1
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
45-49	M					2					2
	F										0
	T	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
50-54	M					1					1
	F					3					4
	T	0	0	0	3	2	0	0	0	0	5
55-59	M					2					2
	F										0
	T	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
60-64	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
65-69	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
70 ou mais anos	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



ADMISSÕES

Durante o ano 2013, relativamente ao conjunto de colaboradores (membros dos GAP's / trabalhadores), registaram-se 16 admissões, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 7 – Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação e género

Modalidade de Admissão	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	0	1	0	2	0	0	0	2	5
	F	0	0	2	1	5	0	0	0	3	11
	T	0	0	3	1	7	0	0	0	5	16
Procedimento concursal (1)	M			1							1
	F			2		2					4
	T	0	0	3	0	2	0	0	0	0	5
Cedência de interesse público	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Modalidade interna a órgãos ou serviços (2)	M									1	1
	F					1					1
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Regresso de licença	M					2					2
	F					1					1
	T	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Comissão de serviço	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEAGP/CEAGPA	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações (1)	M									1	1
	F				1	1				3	5
	T	0	0	0	1	1	0	0	0	4	6

Notas ao Quadro:

- (1) Na coluna *Procedimento concursal*, encontram-se registados os postos de trabalho que resultaram dos procedimentos concursais por tempo indeterminado (Técnicos Superiores – áreas de Gestão de Recursos Humanos; Segurança no Trabalho e Solicitadoria) e por tempo determinado (a termo certo) – (Assistentes Operacionais – área de Auxiliar de Ação Educativa);
- (2) Na coluna *Modalidade interna a órgãos ou serviços*, encontram-se registadas as mobilidades intercarreiras que foram autorizadas em 2013, isto é, 1 assistente operacional que presta funções no Arquivo Municipal e 1 Técnico Profissional (Fiscal Municipal) que presta funções na Fiscalização;
- (3) Em Outras Situações, encontram-se registadas o regresso à categoria de origem das secretarias que cessaram funções com a tomada de posse do novo executivo e as nomeações dos membros do Gabinete de Apoio à Presidência (Chefe de Gabinete e a Secretária) e do Gabinete de Apoio à Vereação (Secretárias).
- (4) Em Outras Situações, também, na coluna Outros, por indicação da DGAL para 2013, não se regista a admissão de 25 prestadores de serviços.

SAÍDAS

No decurso do ano 2013, relativamente ao conjunto de trabalhadores, registaram-se 21 saídas, conforme se apresenta no quadro que se segue.

Quadro 8 – Contagem das saídas de trabalhadores por cargo/categoria segundo o motivo de saída e género

Motivo de Saída	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	0	0	1	7	0	0	0	1	9
	F	0	0	1	2	4	0	0	0	5	12
	T	0	0	1	3	11	0	0	0	6	21
Caducidade	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revogação (mútuo acordo)	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sanção disciplinar	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experimental	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de mobilidade interna	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



(Cont.) Quadro 8 – Contagem das saídas de trabalhadores por cargo/categoria segundo o motivo de saída e género

Motivo de Saída	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total de Trabalhadores	M	0	0	0	1	7	0	0	0	1	9
	F	0	0	1	2	4	0	0	0	5	12
	T	0	0	1	3	11	0	0	0	6	21
Fim da situação de cedência de interesse público	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Morte	M					1					1
	F										0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Reforma /Aposentação	M				1	3					4
	F					2					2
	T	0	0	0	1	5	0	0	0	0	6
Limite de Idade	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação de comissão de serviço (1)	M										0
	F									4	4
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Outros (2) (3)	M					3				1	4
	F			1	2	2				1	6
	T	0	0	1	2	5	0	0	0	2	10

Notas ao Quadro:

- (1) Em *Cessação da Comissão de Serviço*, na coluna *Outros* encontra-se registada a cessação de comissão de serviço das Secretárias dos Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação;
- (2) Em *Outros*, encontram-se registadas as licenças sem remuneração que foram autorizadas durante 2013, a cessação das funções do Chefe de Gabinete e do Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, os postos de trabalho que ficaram desocupados em resultado do recrutamento de trabalhadores por tempo indeterminado e a mudança de carreira/categoria através de mobilidade intercarreiras do Assistente Operacional que transitou para Técnico Profissional (Fiscal Municipal).
- (3) Em *Outros*, na coluna *Outros*, por indicação da DGAL para 2013, não se regista a saída de 18 prestadores de serviços.

Quadro 9 – incluso pela DGAL no Quadro 8

POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS

Nos termos do quadro infra, os seguintes:

Quadro 10 – Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por cargo/carreira segundo a dificuldade de recrutamento

Dificuldade de Recrutamento	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total	0	15	1	0	13	0	0	0	0	29
Não abertura de procedimento concursal	0	15	0	0	13	0	0	0	0	28
Impugnação do procedimento concursal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falta de aprovação do órgão executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal improcedente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal em desenvolvimento	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

**MUDANÇAS DE SITUAÇÃO**

Durante o ano 2013 verificaram-se as constantes no quadro infra.

Quadro 11 – Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo e género

Tipo de Mudança	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total De Trabalhadores	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	2	0	2	0	0	0	0	4
	T	0	0	3	0	2	0	0	0	0	5
Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal	M			1							1
	F			2		2					4
	T	0	0	3	0	2	0	0	0	0	5
Consolidação da mobilidade na categoria	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária (regra)	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadros 12, 13 e 14 – não disponibilizados / não solicitados pela DGAL

TRABALHO NOTURNO

Durante o ano 2013 efetuou-se um total de 7.097 horas de trabalho noturno, cuja contagem, segundo o género, se apresenta nos termos do quadro seguinte:

Quadro 14.1 – Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, segundo o género

Horas de Trabalho Noturno	Género	Total		Horas de Trabalho Noturno	Género	Total
Normal	M	4255	Vs 2012	Normal	M	3300
	F	2842			F	2835
	T	7097			T	6135
Extraordinário	M	0		Extraordinário	M	0
	F	0			F	0
	T	0			T	0
TOTAL	M	4255	TOTAL	M	3300	
	F	2842		F	2835	
	T	7097		T	6135	

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento de 962 horas de trabalho noturno, em virtude da entrada em vigor da Lei n.º 68/2013, 29 de agosto, a qual estabeleceu a alteração do período normal de trabalho para 8 horas por dia e 40 por semana que teve especial incidência, neste particular, nos trabalhadores afetos à Unidade de Gestão e Promoção Ambiental, designadamente aqueles que se encontram a executar funções de limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos.

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DIURNO E NOTURNO

Durante o ano 2013 efetuou-se um total de 3.924 horas de trabalho extraordinário, cuja contagem, segundo o género, se apresenta nos termos do quadro seguinte:



Quadro 14.2 – Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o género

Modalidade de prestação de trabalho extraordinário	Género	Total	Vs 2012	Modalidade de prestação de trabalho extraordinário	Género	Total	
Extraordinário Diurno	M	2642			Extraordinário Diurno	M	3527
	F	1282				F	1392
	T	3924				T	4919
Extraordinário Noturno	M	0			Extraordinário Noturno	M	0
	F	0				F	0
	T	0				T	0
TOTAL	M	2642			TOTAL	M	3527
	F	1282				F	1392
	T	3924				T	4919

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se uma diminuição de 995 horas de trabalho extraordinário neste tipo de horas.

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL E FERIADOS

Durante o ano 2013 efetuou-se um total de 15.697 horas, cuja contagem, segundo o género, se apresenta nos termos do quadro seguinte:

Quadro 14.3 – Contagem das horas em dias de descanso semanal e feriados, segundo o género

Modalidade de prestação de trabalho em dias de descanso	Género	Total	Vs 2012	Modalidade de prestação de trabalho em dias de descanso	Género	Total	
Descanso semanal obrigatório	M	3465			Descanso semanal obrigatório	M	3065
	F	1071				F	924
	T	4536				T	3989
Descanso semanal complementar	M	7341			Descanso semanal complementar	M	7261
	F	2433				F	2784
	T	9774				T	10045
Feriados	M	1030			Feriados	M	1246
	F	357				F	253
	T	1387				T	1499
Total	M	11836			Total	M	11572
	F	3861				F	3961
	T	15697	T			15533	

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento de 164 horas de trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados, o que representa uma *quase* manutenção dos níveis registados anteriormente.

AUSÊNCIAS AO TRABALHO

No decurso do ano 2013, relativamente ao total de colaboradores (membros dos GAP's / trabalhadores), registaram-se 8.380 dias de ausência (vs 9.970 em 2012), motivadas por faltas, cuja distribuição por cargo/carreira se apresenta nos termos do quadro que se segue.

Quadro 15 – Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo de ausência e género

Motivo de Ausência	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Total de Dias de Ausência	M	0	36	68	119	4137	0	3	0	24	4387
	F	0	15	495	986	2452	0	0	0	45	3993
	T	0	51	563	1105	6589	0	3	0	69	8380
Casamento	M										0
	F					15					15
	T	0	0	0	0	15	0	0	0	0	15
Proteção na parentalidade	M				20	118					138
	F			373	285	411					1069
	T	0	0	373	305	529	0	0	0	0	1207



(Cont.) Quadro 15 – Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo de ausência e género

Motivo de Ausência	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Total de Dias de Ausência	M	0	36	68	119	4137	0	3	0	24	4387
	F	0	15	495	986	2452	0	0	0	45	3993
	T	0	51	563	1105	6589	0	3	0	69	8380
Falecimento de Familiar	M					56		2		5	63
	F			1	21	31				5	58
	T	0	0	1	21	87	0	2	0	10	121
Doença	M		20	8	45	2683					2756
	F			35	235	1564				30	1864
	T	0	20	43	280	4247	0	0	0	30	4620
Por acidente em serviço ou doença profissional	M					864					864
	F				163	222					385
	T	0	0	0	163	1086	0	0	0	0	1249
Assistência a familiares	M					17					17
	F					17					17
	T	0	0	0	0	17	0	0	0	0	17
Trabalhador - Estudante	M				4	15					19
	F				21						21
	T	0	0	0	25	15	0	0	0	0	40
Por conta do período de férias	M		15	45	47	94				13	214
	F		12	56	144	74				3	289
	T	0	27	101	191	168	0	0	0	16	503
Com perda de vencimento	M									0	0
	F									0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	M									0	0
	F									0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Greve	M		1		3	17					21
	F		1	3	20	14					38
	T	0	2	3	23	31	0	0	0	0	59
Injustificadas	M					1					1
	F					1					1
	T	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Outros (1)	M			15		289		1		6	311
	F		2	27	97	103				7	236
	T	0	2	42	97	392	0	1	0	13	547

Notas ao Quadro:

(1) Em *Outros* incluem-se faltas associadas a: (i) consultas médicas; (ii) tratamentos ambulatoriais; (iii) exames complementares de diagnóstico; (iv) obrigações legais; (v) atividade sindical; (vi) deslocação à escola tendo em vista inteirar-se da situação educativa de filho menor; (vii) submissão a métodos de seleção referente a procedimentos concursais; (viii) doação de sangue e (ix) candidatos a eleições.

Em 2013, regista-se um decréscimo de 16% no número de faltas relativamente ao ano anterior, valor este que é muito positivo e se ficará a dever ao facto de terem sido estabelecidas novas regras legais quanto à remuneração dos dias de falta, designadamente cortando-se, na maior parte dos tipos de faltas e de forma total, a remuneração dos primeiros 3 dias de falta.

Destes dados resulta, não englobando dias de ausência por motivo de férias, uma *taxa de absentismo* [n.º de ausências/(n.º de trabalhadores x n.º dias trabalháveis)] x 100 – **correspondente a 8,37% vs 9,88% de 2012.**

Quadros 16 e 17 – não disponibilizados / não solicitados pela DGAL

**ENCARGOS COM PESSOAL****TOTAL DOS ENCARGOS COM PESSOAL**

Em 2013 foi registado um total de 6.967.073,04€ com *Encargos com Pessoal*, que se distribuem nos termos do quadro seguinte.

Quadro 18 – Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com Pessoal	Valor em €
Remuneração base (1) + subsídio de férias + subsídio de Natal	4.881.535,10
Suplementos remuneratórios	213.883,67
Prémios de desempenho	0,00
Prestações sociais	491.291,34
Outros encargos com pessoal (2)	1.380.362,93
Total	6.967.073,04

Notas ao Quadro:

(1) Este montante inclui encargos com prestadores de serviços.

(2) Este montante inclui despesas com: (i) senhas de presença de eleitos (24.499,22€) e pensões provisórias (7.826,94€). Inclui, também, encargos com: (i) saúde / comparticipações da ADSE (189.152,81€); (ii) assistência na doença – RO's / ADSE (89.089,55€); (iii) contribuições da entidade para a Caixa Geral de Aposentações (676.130,20€); (iv) contribuições da entidade para a Segurança Social (327.690,50€); (v) seguros de acidentes em serviço / trabalho (51.681,76€); (vi) acidentes em serviço e doenças profissionais (192,55€) e (vii) indemnização por cessação de funções/subsídio de reintegração (14.099,40€).

Suplementos Remuneratórios

Conforme inscrito no quadro 18 supra, registou-se um encargo de 213.883,67€, que distribui nos termos infra.

Quadro 18.1 – Suplementos remuneratórios

Suplementos Remuneratórios	Valor em €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	18.954,24
Trabalho normal nocturno	6.026,08
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados	83.405,89
Disponibilidade permanente	0,00
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0,00
Risco, penosidade e insalubridade	0,00
Fixação na periferia	0,00
Trabalho por turnos	0,00
Abono para fálhas	17.945,10
Participação em reuniões	0,00
Ajudas de Custo (1)	8.855,72
Representação	78.696,64
Secretariado	0,00
Outros	0,00
TOTAL	213.883,67

Nota ao Quadro:

(1) Este montante inclui abono para transportes por deslocações em serviço.

Prestações Sociais

Conforme inscrito no quadro 18 supra, registou-se um encargo de 491.291,34€, que se distribui nos termos infra.

Quadro 18.2 – Encargos com prestações sociais

Encargos com Prestações Sociais	Valor em €
Abono de família	30.627,85
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade	14.008,40
Subsídio de educação especial	0,00
Subsídio mensal vitalício	0,00
Subsídio de refeição (1)	399.193,46
Subsídio de funeral	0,00
Subsídio por morte	1.257,66



(Cont.) Quadro 18.2 – Encargos com prestações sociais

Encargos com Prestações Sociais	Valor em €
Benefícios sociais	0,00
Outras prestações sociais (1)	46.203,97
TOTAL	491.291,34

Nota ao Quadro:

(1) Este montante inclui encargos com: (i) abono complementar a crianças / jovens deficientes (7.465,68€); e (ii) encargos com pensões de acidentes em serviço (38.738,29€).

Benefícios Sociais

Em 2013 foi registado um encargo de 72.865,85€, associado a aquisição de bens e serviços para o funcionamento do Refeitório.

Quadro 18.2.1– Benefícios de apoio social

Benefícios de Apoio Social	Valor em €
Grupos Desportivos / Casa do Pessoal	0
Refeitórios	72.865,85
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0
Colónias de férias	0
Subsídio de estudos	0
Apoio sócio-económico	0
Outros benefícios sociais	0
Total	72.865,85 €

Evolução do global dos Encargos com Pessoal

Evolução dos Encargos com Pessoal	Valor em €								
	Anos								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Remuneração base + subsídio de férias + subsídio de Natal	4.223.470,43	(1) 4.624.018,87	(1) 4.608.506,02	(1) 4.639.138,98	(1) 4.883.289,25	(1) 4.810.103,18	(1) 4.926.111,89	(1) 4.604.452,09	(1) 4.881.535,10
Trabalho extraordinário	27.916,76	20.531,97	20.050,86	19.477,41	22.053,54	26.089,85	25.346,48	26.858,04	18.954,24
Trabalho normal nocturno	9.484,91	8.865,30	5.827,07	6.777,97	4.148,97	4.157,30	3.813,20	4.602,30	6.026,08
Trabalho dias descanso semanal, complementar e feriados	176.953,58	99.768,00	87.390,36	105.874,42	109.132,14	123.378,66	131.588,54	101.110,23	83.405,89
Abono para falhas	3.576,73	3.847,68	5.427,76	8.933,47	10.028,49	8.714,54	9.611,99	17.434,72	17.945,10
Ajudas de custo	32.758,39	27.130,43	25.297,23	22.401,11	10.893,77	10.966,80	6.960,84	9.585,82	8.855,72
Representação	56.980,95	57.146,04	57.133,80	58.298,64	61.313,68	67.914,54	90.133,13	88.393,67	78.696,64
Outros	403.723,21	(2) 1.100.567,16	(2) 1.063.663,17	(2) 1.104.845,57	(2) 1.119.182,42	(2) 1.209.931,85	(2) 1.124.193,31	(2) 1.172.540,91	(2) 1.380.362,93
Prémios de desempenho	-----	-----	-----	(3) -----	4.182,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Abono de família	57.130,29	62.457,16	64.103,67	71.913,13	73.696,74	67.804,54	42.001,74	35.995,95	30.627,85
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade	-----	-----	-----	-----	(4) 14.623,52	(4) 28.148,94	(4) 28.124,13	(4) 4.669,11	(4) 14.008,40
Abono complementar a crianças/jovens deficientes	7.304,09	7.309,62	7.047,73	9.681,79	(5) -----	(5) -----	(5) -----	(5) -----	(5) -----
Subsídio de refeição	377.593,99	387.184,50	389.240,92	388.810,29	397.957,22	399.872,64	377.504,77	400.368,02	399.193,46
Subsídio de funeral	-----	-----	-----	-----	-----	937,14	-----	-----	-----
Subsídio por morte	0,00	0,00	0,00	0,00	8.919,60	0,00	0,00	2.515,32	1.257,66
Outras prestações sociais	873.914,02	(6) 30.790,57	(6) 40.813,10	(6) 29.898,96	(6) 62.542,47	(6) 44.907,37	(6) 39.050,25	(6) 40.435,18	(6) 46.203,97
TOTAL	6250.807,35	6.429.617,30	6.374.501,69	6.466.051,74	6.781.964,44	6.802.927,35	6.804.440,27	6.508.361,36	6.967.73,04

Notas ao Quadro:

(1) Este montante inclui encargos com prestadores de serviços, registados até 2005, inclusive, em *Outros*.(2) Este montante inclui encargos registados até 2005, inclusive, em *Outras prestações sociais*.(3) Em 2008, *Prémios de desempenho* (7.437,60€) foram incluídos em *Outros de Encargos com Pessoal*.(4) Até 2008, correspondentes encargos associados a maternidade / paternidade foram incluídos em *Remuneração base + subsídio de férias + subsídio de Natal*, de *Encargos com Pessoal*.(5) Em 2013, *Abono complementar a crianças/jovens deficientes* (7.465,68€) está incluído em *Outras prestações sociais*.(6) Este item deixou de incluir encargos ora registados em *Outros de Encargos com Pessoal*.

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento de **458.711,68€ nos encargos com pessoal, valor este que se deve, essencialmente, ao aumento da comparticipação da Câmara para a CGA (de 15% para 20%) sobre os salários dos trabalhadores, conforme se pode verificar no quadro seguinte:**

Diferença dos Encargos de Pessoal	Valores em €		
	2012	2013	Diferença
Remuneração base + subsídio de férias + subsídio de Natal	4.604.452,09	4.881.535,10	277.083,01
Trabalho extraordinário	26.858,04	18.954,24	-7.903,80
Trabalho normal nocturno	4.002,30	6.026,08	2.023,78
Trabalho dias descanso semanal, complementar e feriados	101.110,23	83.405,89	-17.704,34
Abono para falhas	17.434,72	17.945,10	510,38
Ajudas de custo	9.585,82	8.855,72	-730,10
Representação	88.393,67	78.696,64	-9.697,03
Outros	1.172.540,91	1.380.362,93	207.822,02
Abono de família	35.995,95	30.627,85	-5.368,10
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade	4.669,11	14.008,40	9.339,29
Subsídio de refeição	400.368,02	399.193,46	-1.174,56
Subsídio por morte	2.515,32	1.257,66	-1.257,66
Outras Prestações Sociais	40.435,18	46.203,97	5.768,79
TOTAL	6.508.361,36	6.967.073,04	458.711,68

**HIGIENE E SEGURANÇA****ACIDENTES EM SERVIÇO**

Em 2013 registaram-se 35 acidentes de trabalho no local de trabalho – distribuindo-se, com base nos dias de trabalho perdidos com baixa e por género, nos termos dos quadros que se seguem.

Quadro 19 – desdobrado em quadro 19.1 e quadro 19.2 pela DGAL**Quadro 19.1 – Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (No local de trabalho)**

Caracterização do Acidente	Género	Acidentes de trabalho e de dias perdidos no local de trabalho				
		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
N.º Total de Acidentes	M	19				0
	F	13				
	T	32				
N.º de Acidentes com Baixa	M		2	10	3	
	F		2	7	2	
	T		4	17	5	
N.º de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M		4	105	288	
	F		2	95	206	
	T		6	200	494	
N.º de dias de trabalho perdidos por acidentes em anos anteriores	M				420	
	F			20		
	T		0	20	420	

Quadro 19.2 – Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (In itinere)

Caracterização do Acidente	Género	Acidentes de trabalho e de dias perdidos "In itinere"				
		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
N.º Total de Acidentes	M	1				0
	F	2				
	T	3				
N.º de Acidentes com Baixa	M				1	
	F		0	2		
	T		0	2	1	
N.º de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M				47	
	F		0	62		
	T		0	62	47	
N.º de dias de trabalho perdidos por acidentes em anos anteriores	M					
	F					
	T		0	0	0	

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento de 12 acidentes de trabalho. Apesar disso, a um maior número de acidentes de trabalho, correspondeu um menor número de faltas por este motivo (menos cerca de 300) pois a gravidade desses acidentes foi substancialmente menor do que a registada em 2012.

CASOS DE INCAPACIDADE DECLARADOS DURANTE O ANO

Em 2013 há registo de 29 Incapacidades Temporárias Absolutas (ITA's).

Em resultado de 1 acidente ocorrido em 2013, foi declarado pela seguradora 1 Incapacidade Temporária Parcial (ITP), tendo sido atribuído 6% de desvalorização, a qual aguarda confirmação da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações.



Quadro 20 – Contagem dos casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos trabalhadores vitimas de acidentes de trabalho

Casos de Incapacidade	Total
Incapacidade Permanente Absoluta	0
Incapacidade Permanente Parcial	0
Incapacidade Permanente Absoluta para o trabalho habitual	0
Incapacidade Temporária e Absoluta	29
Incapacidade Temporária e Parcial	1
TOTAL	30

DOENÇAS PROFISSIONAIS

Não ocorreram situações participadas / confirmadas ou dias de ausência por motivo de doença profissional.

Quadro 21 – Contagem das situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças Profissionais		Número de casos	Número de dias de ausência
Código	Designação		
		0	0
		0	0
	Total	0	0

ATIVIDADES DE MEDICINA NO TRABALHO E ENCARGOS

As atividades de Medicina no Trabalho têm vindo a ser garantidas através de serviços externos (Empresa Polidignóstico), resumindo-se, as mesmas, por reporte a 2013, nos termos do quadro infra.

Quadro 22 – Contagem das actividades de medicina no trabalho e respectivos encargos

Tipo de actividade	Número de casos / Valor em €
Exames médicos efectuados	
Exames de admissão	82
Exames periódicos	598
Exames ocasionais e complementares	2326
Exames de cessação de funções	0
Total	3.006
Despesas com medicina do trabalho	12.715,34€
Visitas aos postos de trabalho	5

INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Não se encontra constituída a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, uma vez que não houve iniciativa nesse sentido, por parte dos sindicatos que representam os trabalhadores da CMP.

**Quadro 23– Contagem das intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho por tipo**

Intervenções das Comissões de Segurança e Saúde no trabalho	Total
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

ACÇÕES DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL EM RESULTADO DE ACIDENTES DE TRABALHO OU DOENÇA PROFISSIONAL

Em 2013 verificou-se 1 ação de reintegração profissional em resultado de acidente de trabalho.

Quadro 24 – Contagem dos trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença incapacitante

Trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional	Total
Alteração das funções exercidas	1
Formação Profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de trabalho	0
Mobilidade Interna	0

ACÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em 2013 foram realizadas 2 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, que abrangeram 16 trabalhadores deste Município.

Quadro 25– Contagem das acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho	Total
Ações realizadas durante o ano	2
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	16

CUSTOS COM A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Quadro 26 – Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	Valor em €
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	8.803,22
Equipamentos de protecção	24.991,82
Formação em prevenção de riscos	0
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	2.821,34€



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

AÇÕES DE FORMAÇÃO

Em 2013 registou-se a participação de trabalhadores, deste Município, em 47 ações de formação (vs 27 em 2012), distribuindo-se por número de horas e tipo de ação, nos termos do quadro seguinte.

Quadro 27 – Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação

Tipo de Ação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Total	44	3	0	0	47
Internas	15	2	0	0	17
Externas	29	1	0	0	30

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento em 20 ações de formação.

PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO

Durante o ano 2013 verificaram-se 244 participações em ações de formação, cuja distribuição consta no quadro infra.

Quadro 28 – Contagem dos participantes em ações de formação profissional por cargo/carreira segundo o tipo de ação

Tipo de Ação	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total dos Participantes	0	51	53	53	82	0	2	0	3	244
Internas	0	32	35	52	65	0	0	0	2	186
Externas	0	19	18	1	17	0	2	0	1	58

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se uma diminuição em 64 participações de trabalhadores em ações de formação.

HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nas ações de formação profissional acima referidas foram despendidas 4043 horas (vs 2456 no ano anterior), distribuídas por 47 ações de formação, tendo diversos grupos profissionais como destinatários, como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 29 – Contagem das horas despendidas em ações de formação profissional por cargo/carreira segundo o tipo de ação

Tipo de Ação	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Total das Horas	0	936	842	979	1153	0	84	0	49	4043
Internas	0	791	660	972	835	0	0	0	72	3300
Externas	0	145	182	7	318	0	84	0	7	743

Em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se um aumento em 1587 horas despendidas nas ações de formação profissional.

DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO

Em 2013 foram gastos 3.636,65€, sublinhando-se que o número de inscrições e de horas médias de frequência por trabalhador aumentou consideravelmente face a períodos anteriores, tendo-se recorrido essencialmente a formação apoiada por fundos comunitários.

As despesas pagas nas ações internas referem-se à formação de CAM – Aptidão Motorista Pesados de Passageiros e de Motorista de Veículos Especiais de Mercadorias.

Quadro 30 – Despesas anuais com formação profissional

Tipo de ação	Valor em €
Ações internas	2.900,00€
Ações externas	736,65€
Total	3.636,65€

**RELAÇÕES PROFISSIONAIS****RELAÇÕES PROFISSIONAIS**

Em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se sindicalizados 87 trabalhadores, dos quais 27 afetos ao *STAL* e 60 ao *SINTAP*.

Quadro 31 – Relações profissionais

	Total
Trabalhadores sindicalizados	87
Elementos pertencentes a Comissões de Trabalhadores	0
Total de votantes para Comissões de Trabalhadores	0

DISCIPLINA

Em 2013 não se verificou qualquer instrução de processos disciplinares.

Quadro 32 – Disciplina

Disciplina	Total
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos	
Arquivados	0
Repreensão escrita	0
Multa	0
Suspensão	0
Despedimento por facto imputável ao trabalhador	0
Cessação da comissão de serviço	0
Total	0

ELEITOS**ELEITOS**

Em 31 de dezembro de 2013 estavam em funções 6 eleitos em regime de permanência a tempo inteiro (Presidente e Vereadores), 3 Vereadores em regime de não permanência e 40 membros pertencentes à Assembleia Municipal, conforme quadro infra:

Quadro 33 – Eleitos

N.º Eleitos	Regime permanência – tempo inteiro (Câmara Municipal)	Regime permanência – meio tempo (Câmara Municipal)	Regime não permanência (Câmara Municipal)	Regime não permanência Assembleia Municipal
	6	0	3	40

**GABINETES DE APOIO PESSOAL****GABINETES DE APOIO PESSOAL**

Em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a existência de 4 trabalhadores afetos ao Gabinete de Apoio à Presidência e à Vereação, 2 dos quais sem vínculo à Administração Pública (Chefe do Gabinete e Secretária) e 2 Secretárias pertencentes ao Mapa de Pessoal deste Município, conforme quadro infra:

Quadro 34 – Gabinetes de Apoio Pessoal

	Do Mapa de pessoal do Município	De outra Entidade Pública	Sem vínculo à Administração	Total
Chefe do Gabinete	0	0	1	1
Adjuntos	0	0	0	0
Secretários	2	0	1	3
Total	2	0	2	4

DIRIGENTES**DIRIGENTES**

Dos 35 cargos previstos no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais desta Autarquia, encontravam-se providos, em 31 de dezembro de 2013, 19 desses cargos, conforme quadro infra:

Quadro 35 – Dirigentes

	Dirigente Superior (Diretor Municipal)	Dirigente Intermédio de 1.º Grau (Diretor de Departamento Municipal)	Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão Municipal)	Dirigente Intermédio de 3.º Grau ou inferior	Chefe de Equipa Multidisciplinar (Equiparado a Diretor de Departamento Municipal)	Chefe de Equipa Multidisciplinar (Equiparado a Chefe de Divisão Municipal)	Total
N.º de cargos previstos em Regulamento Municipal	0	5	13	16	0	1	35
N.º de cargos providos em 31 de Dezembro	0	5	8	6	0	0	19

Município de Pombal, 28 de março de 2014

O Presidente da Câmara,

(Diogo Mateus, Dr.)